



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 11, n. 2, p. 174-195, abr./jun., 2015

doi:10.4270/ruc.2015217
Disponível em www.furb.br/universocontabil



ANÁLISE DA PERSISTÊNCIA E CONSERVADORISMO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO BRASIL¹

THE ANALYSIS OF PERSISTENCE AND CONSERVATISM ON THE PROCESS OF INTERNATIONAL CONVERGENCE IN PUBLIC COMPANIES OF THE CONSTRUCTION SECTOR IN BRAZIL

ANÁLISIS DE LA PERSISTENCIA Y CONSERVADURISMO EN LO PROCESO DE CONVERGENCIA INTERNACIONAL EN LAS EMPRESAS COTIZADAS DEL SECTOR DE CONSTRUCCIÓN EN BRASIL

Josicarla Soares Santiago

Mestre em Contabilidade (UNB)
Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (UFPB)
Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB e UFRN
Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Litoral Norte
CEP: 58.280-000 - Mamanguape, PB
E-mail: josicarlass@yahoo.com.br
Telefone: (83) 3292-3767

Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

Doutor em Contabilidade (USP)
Professor do Departamento de Finanças e Contabilidade (UFPB)
Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB e UFRN
Universidade Federal da Paraíba, Campus 1, Jardim Cidade Universitária
CEP: 58.051-900 João Pessoa/PB
E-mail: paulocavalcante@ccsa.ufpb.br
Telefone: (83) 3216-7459

Edilson Paulo

Doutor em Contabilidade (USP)
Professor do Departamento de Finanças e Contabilidade (UFPB)
Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB e UFRN
Universidade Federal da Paraíba, Campus 1, Jardim Cidade Universitária
CEP: 58.051-900 João Pessoa/PB
E-mail: e.paulo@uol.com.br
Telefone: (83) 3216-7459

¹ Artigo recebido em 28.01.2015. Revisado por pares em 08.07.2015. Reformulado em 30.07.2015. Recomendado para publicação em 01.08.2015 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 21.08.2015. Organização responsável pelo periódico: FURB.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi verificar se a qualidade da informação contábil das empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil sofreu mudanças após o enquadramento do Brasil no processo de convergência contábil internacional. Destaca-se que as pesquisas brasileiras sobre os efeitos da adoção das IFRS com foco no comportamento oportunístico dos gestores apresentam resultados ambíguos e sugerem haver existência de diferenças entre setores econômicos. Esta pesquisa limitou-se a analisar somente as empresas do setor de construção, pois com a adoção do Pronunciamento Técnico 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pode-se, oportunamente, isolar os efeitos da convergência das normas locais para as IFRS em um setor específico e de significativa importância para a economia brasileira. A análise dos efeitos da adoção das IFRS limitou-se a dois atributos sobre qualidade da informação contábil, o conservadorismo e a persistência. Esta pesquisa foi realizada em uma amostra compreendendo 23 empresas do setor, no período de 2004.4 a 2015.1, sendo que as estimações dos modelos foram realizadas por meio de dados em painel. As evidências apresentadas apontam efeitos da adoção do CPC 17 na qualidade da informação contábil, de forma que antes da adoção se identificou um comportamento conservador nos resultados contábeis, mas depois da adoção as informações contábeis não se mostraram conservadoras. Com relação a persistência também se verificou mudança após a adoção do CPC 17, onde antes da adoção as informações contábeis se mostraram persistentes, porém, na pós adoção não foi possível se inferir existir persistência nos resultados contábeis.

Palavras-chave: Qualidade da informação contábil; Conservadorismo; Persistência; IFRS; Pronunciamento CPC 17.

ABSTRACT

This study aims at checking out if the quality of accounting information of open capital companies of the construction sector in Brazil has suffered any changes after its insertion in the process of international accounting convergence. One can point out that Brazilian research on the effects of the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS), focusing on opportunistic behavior of managers, who presented ambiguous results, and suggest that there will be some resistance among economic sectors. This research limited itself to analyze only companies which belong to the construction sector industry because of the adoption of Pronouncement 17 of the Brazilian Accounting Pronouncements Committee (CPC), it is possible to, conveniently, isolate the effects of the convergence of local rules to the IFRS in such a specific and significant important sector to the Brazilian economy. The analysis of the effects of the IFRS limited itself to two characteristics about the quality of the accounting information, which are the conservatism and persistence. Thus, this work was carried out in a sample comprising twenty-three companies, from 2004.4 to 2015.1, being the estimations of models carried out through panel data. The evidences presented showed effects of the adoption of CPC 17 on the quality of accounting information, so that before the adoption was identified a conservative behavior in the accounting results, but after the adoption of the financial statements were not conservative. Regarding the persistence there was also change after the adoption of CPC 17 where before adopting the accounting information proved persistent, however, post adoption was not possible to infer there is persistence in the accounting results.

Keywords: *Quality of accounting information; conservatism; Persistence; IFRS; Pronouncement CPC 17.*

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comprobar si la calidad de la información contable de las empresas de sociedad cotizadas del sector de la construcción en Brasil ha sufrido variaciones después de la inclusión de Brasil en el proceso de convergencia internacional de contabilidad.

Se destaca que la investigación brasileña sobre los efectos de la adopción de la IFRS con foco en el comportamiento oportunista de los gestores presenta resultados ambiguos y sugieren haber existencia de diferencias entre los sectores económicos. Esta investigación se limitó a analizar solamente las empresas del sector de la construcción, puesto que con la adopción del Pronunciamiento técnico 17 do Comit  de Pronunciamentos Cont bles (CPC) se puede, oportunamente, aislar los efectos de la convergencia de las normas locales para las IFRS en un sector específico y de importancia significativa para la economía brasileña. El análisis de los efectos de la adopc n de las IFRS se limitó a dos conceptos sobre calidad de la información contable, el conservadurismo y la persistencia. Esta investigación fue realizada en una muestra que alcanza 23 empresas del sector en el período 2004.4 – 2015.1, y las estimaciones de los modelos se realizaron con datos en un panel. Las evidencias presentadas apuntan en el sentido que antes de la adopc n fue identificado efectos de la adopc n de la norma CPC 17 sobre la calidad de la información contable, un comportamiento conservador en el resultado contable, pero después de la aprobación de los estados financieros, no eran conservadores. En cuanto a la persistencia all  también se ha cambiado después de la adopc n del CPC 17, donde antes de adoptar la información contable resultó persistente, sin embargo, y posterior adopc n no es posible inferir que hay persistencia en los resultados contables.

Palabras clave: *Calidad de la información contable; Conservadurismo; Persistencia; IFRS; Pronunciamiento CPC 17.*

1 INTRODUÇÃO

Vários estudos abordam o tema qualidade da informação contábil e discutem os atributos de qualidade necessários para que tal informação alcance os objetivos informativos da contabilidade, assim entendido o de contribuir com os usuários no processo de tomada de decisões em relação à entidade que informa.

As discussões do tema têm sido conduzidas por distintos ângulos em trabalhos publicados tanto no exterior (FELTHAM; OHLSON, 1995; BASU, 1997; DECHOW; SKINNER, 2000; DECHOW; SCHRAND, 2004; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), quanto no Brasil (MARTINEZ, 2006; PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008; ALMEIDA, 2010; ALMEIDA; LOPES; CORR R, 2011; SILVA, 2013; PAULO; CAVALCANTE; PAULO, 2013).

No âmbito dos estudos voltados à qualidade da informação contábil, uma vertente tem a ver com o processo de convergência contábil das normas particulares de cada país, em relação às normas internacionais, estas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), cujo objetivo maior diz respeito   utilização de práticas contábeis comuns aos países alinhados, o qual entende-se está praticamente consolidado na maior parte do mundo, isto com a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

A despeito dessa aparente aceitação das normas internacionais, a discussão sobre o nível de qualidade das informações contábeis não se constitui, ainda, matéria pacificada. Do ponto de vista teórico-conceitual, os órgãos reguladores advogam em favor de uma qualidade superior, capaz de atender às necessidades informativas dos usuários. Do ponto de vista prático, a alternativa que se apresenta   a de manter vigilância permanente para averiguar até que ponto a qualidade praticada cumpre o seu papel.

O processo de convergência em direção às normas contábeis internacionais pode enfrentar, em cada país, distintos graus de dificuldade, entre outros aspectos, em virtude da distância entre as normas do país que busca a convergência e as normas internacionais. No mesmo sentido, o processo traz impactos diferentes para as entidades, isto como consequência das atividades que são desenvolvidas.

Nesse contexto, uma atividade econômica cujo impacto da mudança das práticas contábeis tem suscitado discussões e que requer estudos específicos é a da construção civil, especialmente em razão de aspectos relacionados com o reconhecimento da receita e da determinação do custo, o que gera impacto direto quando o assunto é a qualidade da informação contábil a ser fornecida para o usuário da contabilidade.

Vale destacar que o setor de construção civil, quase sempre, tem uma participação relevante na economia, na mais recente edição da pesquisa anual da indústria de construção no Brasil, revela que a participação no Produto Interno Bruto tem sempre crescido no decorrer dos anos. E, no decorrer do tempo, vários aspectos positivos contribuíram para o desenvolvimento do setor, como a questão de aumento da oferta do crédito imobiliário, aumento nos desembolsos designados para obras de infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crescimento do emprego, da renda familiar e do consumo das famílias, além de alguns programas governamentais, tudo se mostrou parte de um conjunto de variáveis que contribuiu favoravelmente para o crescimento do setor (IBGE, 2012).

No que se refere ao impacto provocado pelo processo de convergência em direção às normas contábeis internacionais, verificar o comportamento da mudança de uma norma dentro de um setor específico é deveras relevante, pois, segundo Barcellos, Silva e Costa Júnior (2012), os estudos realizados de forma abrangente podem encobrir os pormenores de cada setor, podendo levar a distorção do resultado.

A despeito da visão geral que é possível ter a respeito de eventos que alcançam todos os setores produtivos de um dado país, sabe-se que eventos que alcançam a economia como um todo, produzem efeitos distintos nos diferentes setores. Uma compreensão mais sólida a respeito dos efeitos daqueles eventos na economia pode, então, ser construída a partir do estudo separado dos setores.

No que diz respeito aos possíveis impactos advindos do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, isto no tocante ao atributo qualidade da informação contábil, e tendo-se em conta o Pronunciamento Técnico CPC 27, este aderente às normas internacionais de contabilidade, é possível, no Brasil, se fazer uma avaliação adequada a respeito daqueles efeitos no setor da construção civil.

Barcellos, Silva e Costa Júnior (2012) destacam a importância de estudos setoriais em torno do impacto do processo de convergência das práticas contábeis, pois é crucial se conhecer a resposta dos setores as diferentes normas.

É importante perceber que as orientações encontradas no Pronunciamento Técnico CPC 27, se constituem, para a informação contábil relacionada com empresas atuantes no setor da construção civil no Brasil, em marco divisório relevante no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e determinação do custo, fatores tais que têm a ver com a qualidade da informação contábil produzida.

Amparado nos argumentos precedentes, o objetivo deste trabalho é: Verificar se a adoção de uma norma específica, o Pronunciamento Técnico CPC 17, afetou a persistência e o conservadorismo dos números reportados pelas empresas de capital aberto do setor de construção civil no Brasil.

A persistência e o conservadorismo são métricas de qualidade que refletem diretamente o resultado da empresa, onde suas proxies trabalham justamente com variáveis provenientes do lucro, assim sendo o CPC 17 que concentrou-se na modificação das práticas contábeis referentes as contas de resultado, pode indicar um novo olhar sobre tais métricas de qualidade.

Além desta Introdução, o trabalho traz uma breve revisão de literatura para propiciar um melhor entendimento sobre o tema, seguido da exposição dos procedimentos metodológicos adotados. Na seção seguinte são apresentados e analisados os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Hipóteses de Pesquisa: Conservadorismo e Persistência da Informação Contábil

Uma informação contábil de qualidade pode ser interpretada como aquela que é capaz de influenciar a decisão do usuário da informação e essa qualidade pode ser mensurada através de diversos atributos.

Dentro do processo de convergência internacional, na proposta do IASB, de elaborar normas internacionais de alta qualidade, se intensifica a discussão do nível de qualidade presente nas informações contábeis. Assim, a mudança nas normas contábeis tem levantado inúmeras questões sobre os efeitos potenciais da aplicação da IFRS em um ambiente que não está acostumado com a utilização de regras de contabilidade com base na estrutura e filosofia subjacente a padrões internacionais (CALLAO; JARNE; LAÍNEZ, 2007).

Algumas pesquisas começaram a serem desenvolvidas no sentido de se perguntar se de fato a adoção da IFRS tem melhorado a qualidade da informação contábil. A exemplo de Barth, Landsman e Lang (2008) que examinaram se a aplicação das normas internacionais de contabilidade estaria associada com uma maior qualidade da informação contábil em 21 países, onde se identificou, que as empresas que aplicam as normas internacionais geralmente evidenciam uma melhoria na qualidade da informação contábil, nesta pesquisa se focou os seguintes atributos de qualidade: gerenciamento de resultado, conservadorismo e *value relevance*.

No entanto, não são unânimes os trabalhos no sentido de que a qualidade da informação contábil é aumentada após a adoção da IFRS. A pesquisa de Daske et al. (2008), por exemplo, ao se analisar os resultados encontrados pode-se inferir que o possível aumento da qualidade da informação contábil, investigado a partir da redução do custo de capital próprio, só ocorre em países onde as firmas são estimuladas para serem transparentes e onde há uma forte influência legal.

Konstantinos e Athanasios (2011) e Khanagha (2011) estudaram o *value relevance* da informação contábil pós adoção da IFRS. Konstantinos e Athanasios (2011) focaram companhias dos Emirados Árabes Unidos e Khanagha (2011) firmas na Grécia. Os achados mostraram que não se encontrou fortes indícios de que a adoção da IFRS isoladamente provoque aumento no *value relevance* da informação contábil, o que seria uma melhoria na qualidade da informação contábil.

Para atributos como: persistência, previsibilidade nos lucros, conteúdo da informação, volatilidade no preço de mercado, Nulla (2013) encontrou evidências de menor qualidade ao se analisar empresas canadenses de Pesquisa e Desenvolvimento, pós adoção da IFRS.

Assim, os resultados encontrados quando se investiga o efeito da adoção da IFRS não são conclusivos, uma vez que, as pesquisas têm remetido a resultados diferenciados, não permitindo se afirmar que a IFRS provoca aumento na qualidade da informação contábil de um País.

Um dos atributos alvo de investigação pós adoção das IFRS foi o conservadorismo. Ele é definido como o diferencial exigido para a comprovação dos lucros e reconhecimento das perdas. Sua forma extrema é o ditado tradicional do conservadorismo: “antecipar todas as perdas, mas não antecipar nenhum lucro” (WATTS, 2003).

Segundo Basu (1997) o resultado disponibilizado pela contabilidade reflete mais rapidamente a má notícia do que a uma boa notícia, o que seria uma tendência dos contadores de exigir um maior grau de verificação para reconhecer uma boa notícia do que uma má notícia. Tradicionalmente, os contadores têm usado da regra do conservadorismo que não se deve antecipar lucros, mas deve-se antecipar todas as perdas, o que seria um comportamento no sentido de se manter cautela com relação as expectativas futuras em relação a companhia.

Barth, Landsman e Lang (2008) encontraram que o conservadorismo aumenta o conteúdo informacional das demonstrações contábeis. No geral, o uso do conservadorismo está voltado para proteção do investidor, no sentido de não evidenciar falsas expectativas e assim, correr o risco de comprometer o processo de tomada de decisão. Desta forma, um aumento no conservadorismo caracteriza o aumento na qualidade da informação contábil.

Nesta linha de raciocínio, sendo a IFRS uma norma de alta qualidade, ter-se-ia a partir de sua adoção, um aumento no conservadorismo contábil. No entanto, as pesquisas em sua totalidade não apresentaram esse resultado.

Barth et al. (2006) estudou o conservadorismo em firmas nos Estados Unidos, comparando as que usavam normas internacionais com as que não usavam, e os achados indicaram que as firmas que não usavam as normas internacionais apresentaram maior conservadorismo do que aquelas que faziam uso das normas internacionais, portanto, a adoção das IFRS, com relação a este atributo, não estava indicando melhoria na qualidade da informação contábil. Com resultados similares, se identifica trabalhos realizados no mercado brasileiro, como os de Santos et al. (2011) e Martins et al. (2014), os quais indicaram que o conservadorismo não aumentou após o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, de modo que, não se pode inferir que a participação no processo de convergência tenha aumentado a qualidade da informação contábil.

Rodrigues, Niyama e Oliveira (2012) investigaram o mercado da China e também não encontraram aumento no conservadorismo a partir do uso dos padrões internacionais de Contabilidade.

Mas, existem trabalhos realizados que indicam um aumento da qualidade da informação contábil após a adoção da IFRS. Iatridis (2010) realizou sua investigação no Reino Unido e achou que após a implementação da IFRS houve um maior conservadorismo na contabilidade. Nakao (2012) ao estudar o mercado brasileiro, chegou ao resultado que as companhias brasileiras com maior pressão do mercado acionário, aumentaram o conservadorismo após a adoção da IFRS. Nulla (2013) investigando empresas de pesquisa e desenvolvimento no Canadá, também constatou um maior conservadorismo.

Assim, as pesquisas não têm permitido chegar a uma conclusão sobre o efeito provocado no conservadorismo a partir da adoção da IFRS, questionando-se ainda os efeitos isolados de acordo com o setor em qual atua a firma. Barcellos, Silva e Costa Júnior (2012) destacam a relevância de estudos setoriais em torno do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, pois é necessário verificar a consequência da adoção de uma norma segundo as particularidades de cada setor.

Assim, no que se refere ao conservadorismo, com base na suposição de maior verificabilidade para o reconhecimento das boas notícias do que para as más notícias, pode-se descrever a primeira hipótese desta pesquisa:

- a) Hipótese 1: As companhias abertas brasileiras do setor de construção civil reportam resultados contábeis conservadores.

No entanto, considerando que o foco principal deste estudo é verificar se a adoção da IFRS pelas firmas do setor de construção civil afetou o comportamento conservador, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa:

- b) Hipótese 2: O nível de conservadorismo dos resultados contábeis das companhias abertas brasileiras do setor de construção civil sofreu alterações com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 17.

Um atributo que também tem sido considerado nas pesquisas, tem sido o de persistência. A persistência está atrelada a qualidade do lucro, a qual é retomada em termos da utilidade do lucro a investidores, ou seja, em termos da utilização desta informação no processo decisório. Dechow, Ge e Schrand (2010) coloca que o lucro mais persistente é de qualidade mais alta que um lucro menos persistente.

A persistência é uma qualidade métrica, assim, o lucro atual de uma firma é uma medida sumária mais útil da futura realização nos períodos seguintes; desta forma, um lucro persistente apresentará será melhor base para a avaliação de uma firma, apresentado menores erros do que um lucro não persistente ou pouco persistente. Desta forma, quando o lucro é mais persistente e sustentável, é assumido que indicará melhor os futuros fluxos de caixa, e assim será uma medida mais útil ao processo de avaliação (DECHOW; SCHRAND, 2004; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). A persistência mais alta proporciona, portanto, uma maior qualidade da informação contábil.

Isto posto, parte-se da conjectura que a IFRS aumente a persistência dos países enquadrados no processo de convergência internacional da contabilidade, já que a proposta do processo foi criar normas de alta qualidade. Ainda assim, os achados têm sido divergentes, de forma que as pesquisas não trazem uma posição única a respeito do assunto.

Meulen, Gaeremynck e Willekens (2007) estudaram o mercado alemão e também fizeram análise do atributo persistência, porém, não identificaram efeito da pós adoção da IFRS. Já Chalmers, Clinch e Godfrey (2011) investigaram se a adoção da IFRS aumentou a qualidade da informação contábil em firmas Australianas e na análise da persistência se identificou aumento da persistência dos resultados após adoção da IFRS.

Nulla (2013), por exemplo, não conseguiu coadunar, em termos de persistência, com a possibilidade de aumento na qualidade da informação contábil. O autor, que investigou empresas de pesquisa e desenvolvimento no Canadá, constatou menor persistência dos resultados, portanto, uma menor qualidade da informação contábil.

No mercado brasileiro, os estudos também não têm se mostrado conclusivos. Nakao

Nakao (2012) remete a um maior nível de persistência após a adoção completa da IFRS nas companhias da Ibovespa. Rodrigues (2012) não conseguiu encontrar influência da adoção da IFRS na persistência dos resultados. E Paulo et al. (2013) encontraram que houve redução na persistência pós adoção da IFRS, o que indica diminuição da qualidade da informação contábil.

Da mesma forma, a persistência dos resultados contábeis é um atributo desejado para os números contábeis, então, sugere-se a terceira hipótese deste trabalho:

- a) Hipótese 3: As empresas de capital aberto do setor de construção civil no Brasil reportam resultados contábeis persistentes.

Com o intuito de analisar se a persistência dos resultados contábeis foi afetada pela adoção da IFRS, descreve-se a quarta e última hipótese de pesquisa:

- b) Hipótese 4: O nível de persistência dos resultados contábeis das empresas de capital aberto do setor de construção civil no Brasil foi alterado com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 17.

2.2 Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e o Pronunciamento CPC 17

No caso particular do setor de construção civil, o efeito da persistência e do conservadorismo recebe uma atenção mais específica, principalmente após o enquadramento no processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que as empresas inseridas no setor estão no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC 17 tem correlação com a *International Accounting Standards* (IAS) 11 e estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e que foi construído, portanto, pode afetar diretamente o nível de conservadorismo e persistência dos números contábeis reportados pelas empresas do setor de construção civil, já que tais métricas trabalham com proxies que são baseadas no resultado da entidade (CPC, 2012).

Na realidade, no Brasil, o enquadramento no processo de convergência contábil internacional traz, consigo, um efeito de mudança na ênfase ao processo de elaboração da contabilidade. O Brasil sempre se caracterizou pelo forte impacto da legislação tributária nas práticas contábeis, as quais sempre se balizaram pelas normas legais como requisito para a prestação de cada informação contábil a ser elaborada (NIYAMA, 2010). No setor de Construção Civil, isso ainda se tornava um pouco mais grave, considerando que as especificidades do setor tornavam o efeito fiscal ainda mais problemático.

De uma forma geral, a contabilização dos contratos de construção tem como foco o reconhecimento da receita e da despesa alcançadas ao longo do período de execução da obra. No entanto, o principal empecilho é determinar a proporção do trabalho executado até a data do balanço, uma vez que as receitas e despesas referentes aos contratos de construção normalmente se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes. O ponto é, então, o fato de o exercício social das empresas de Construção Civil não se apresentar regular e ser comumente superior a 12 meses (CPC, 2012).

Assim, entenda-se que o Princípio da Competência sempre foi necessário ao cumprimento dos contratos de Construção Civil, portanto, independentemente do recebimento ou do pagamento, receitas e despesas devem ser reconhecidas quando da ocorrência do seu fato gerador. Porém, as vendas neste setor podem ocorrer quando o produto estiver concluído, ou enquanto a construção estiver em andamento, fato que gera certas questões com relação à “antecipação” do reconhecimento ou da necessidade de se reconhecer as receitas e despesas a partir de estimativas. Tal procedimento gerava conflitos com as cobranças fiscais, de forma que, em alguns momentos, optava-se por sempre priorizar o tratamento exigido pela legislação fiscal (a qual priorizava, algumas vezes, o regime de caixa), ao invés da essência contábil. Assim, comprometia-se a qualidade da informação para os demais usuários da contabilidade (SCHERRER, 2012).

Em razão desse duplo olhar sobre qual o melhor procedimento a ser utilizado, o CPC 17 determinou que a receita fosse reconhecida na proporção do trabalho executado, procedimento que já era defendido pela Resolução CFC nº 963, de 2003 e, posteriormente, pela Resolução CFC nº 1.266, de 2009 (que revogou a primeira). Portanto, o lucro deve ser reconhecido proporcionalmente à execução da obra, não levando em conta recebimentos do período-base. Tem-se então o chamado método da Porcentagem Completada (POC), em que a receita e a despesa são apropriadas com base na proporção do trabalho executado até a data do balanço, desde que seja passível de ser estimada com segurança (CFC, 2009; CPC, 2012).

No Brasil, Scramin et al. (2013) estudaram o efeito na qualidade das informações contábeis em algumas empresas de capital aberto enquadradas na atividade de construção civil após a adoção da IFRS. O estudo investigou a qualidade da informação de uma maneira geral e não enfatizou os atributos, de modo que chegou à conclusão de que as informações que estão sendo disponibilizadas ao usuário não seriam de qualidade, posto que obscuras, considerando que se identificou ausência de informações que deveriam ser evidenciadas. No entanto, o CPC 17 é considerado a norma que demarca o processo de convergência contábil internacional para as empresas do setor de construção no Brasil, na busca de melhoraria da qualidade da informação, ao proporcionar aos usuários da Contabilidade melhores instrumentos para a escolha dos melhores investimentos.

Entende-se, de tal modo, que o processo de convergência, no que se refere às empresas de construção civil, deve ter como marco o CPC 17 e que estudos que buscam avaliar a qualidade da informação disponibilizada por essas empresas precisam considerar atributos relacionados com as especificações do normativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra da Pesquisa

Os dados das companhias do setor de construção civil foram obtidos junto ao banco de dados Economatica[®], os quais são compostos por 23 (vinte e três) empresas listadas. A análise ocorreu no interregno entre 2004.4 e 2015.1, a partir de dados trimestrais, com o objetivo de captar os efeitos da adoção do Pronunciamento CPC 17 sobre o conservadorismo e a persistência das informações contábeis:

- a) Antes da inserção da nova norma: 2004.4-2005-2006-2007-2008-2009
- b) Depois da inserção da nova norma: 2010-2011-2012-2013-2014-2015.1

O CPC 17 teve sua aprovação no ano de 2009 e teve sua obrigatoriedade para os exercícios iniciados em 01 de Janeiro de 2010, por meio da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 576 (CVM, 2009). Em 2012, houve uma revisão no CPC 17, no entanto, para o objetivo deste trabalho, considerou-se o momento da adoção inicial da referida norma.

As estimações foram realizadas utilizando-se dados em painel, pois pode se identificar mais facilmente a existência de quebras estruturais, evitando-se prejuízo ao modelo, já que informações relevantes quanto a possíveis inferências poderiam não ser observadas (GUJARATI; PORTER, 2011).

Foi utilizado o painel desbalanceado, que conforme Gujarati e Porter (2011) refere-se a situações em que as unidades de corte transversal tem um número diferentes de observações. Desta forma, embora algumas empresas da amostra não tenham informações para alguns períodos, não foram desconsideradas.

No sentido de melhor captar o efeito da adoção do CPC 17 nos dados estudados, foram rodadas também regressões individuais. A primeira, com os dados do período anterior à adoção do CPC 17 (2004.4-2009.4), o ano de 2009 foi incluído no pré-adoção considerando que o CPC 17 havia sido aprovado, mas não havia obrigatoriedade da sua adoção. O segundo conjunto de dados foi captado para os períodos subsequentes ao da adoção do CPC 17, incluindo-se os anos de 2010.1 a 2015.1.

3.2 Definição dos Modelos e Variáveis Utilizadas

O modelo escolhido para analisar o conservadorismo foi o modelo de Ball e Shivakumar (2005), descrito da seguinte forma:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it-1} \quad (1)$$

em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-1$ para o ano t ;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$;

$D\Delta NI_{it-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it-1} = 0$ e; 0, nos demais casos;

ε_{it-1} = erro da regressão

Todas as variáveis são ponderadas pelo Ativo Total no início do período.

Espera-se que o coeficiente α_2 seja igual a zero ($\alpha_2 = 0$), posto que é devido ao diferimento do reconhecimento dos ganhos até o momento em que seu fluxo de caixa seja realizado, fazendo, assim, com que os resultados positivos se tornem um componente persistente do lucro contábil, que tende a não ser revertido (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). Por outro lado, o reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos implica afirmar-se que o coeficiente α_3 seja menor que zero ($\alpha_3 < 0$). Da mesma forma, o reconhecimento oportuno das perdas resulta em decréscimos transitórios do resultado e, conseqüentemente,

devem ser revertidas nos períodos seguintes, o que implica, *a priori*, que o somatório dos coeficientes α_2 e α_3 seja menor que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$). Ressalta-se que não existe uma predição para os coeficientes lineares (interceptores) α_0 e α_1 nesse modelo.

Para analisar se existem diferenças significativas no comportamento conservador após a adoção do CPC 17, considera-se que a amostra com o menor somatório dos coeficientes estimados de α_2 e α_3 é aquela com maior nível de conservadorismo dos resultados contábeis.

Para a análise da persistência dos lucros, foi utilizado o modelo descrito por Dechow e Schrand (2004):

$$X_{it+1} = \alpha_0 + \alpha_1 X_{it} + \varepsilon_{it+1} \quad (2)$$

em que:

X_{it+1} = valor do lucro operacional da empresa i no ano $t+1$;

X_{it} = valor do lucro operacional da empresa i no ano t ;

ε_{it+1} = erro da regressão

Todas as variáveis são ponderadas pelo Ativo Total no início do período. A intenção de fazer tal ponderação é justamente para buscar se realizar um controle de extremas diferenças de tamanho entre as empresas em estudo.

Considera-se que os resultados contábeis são mais persistentes quando a estimativa do seu coeficiente α_1 está mais próximo de 1, sendo consistente com o adotado por Dechow (1994), Barth, Cram e Nelson (2001) e Dechow e Schrand (2004). Para analisar as diferenças de características da informação contábil após a adoção da IFRS, considera-se que a amostra com o maior coeficiente estimado de α_1 é aquela com maior nível de persistência dos resultados contábeis.

Segundo Dechow e Skinner (2000), a persistência dos resultados varia em função do regime de competência e estes diminuem as flutuações nos fluxos de caixa da empresa, gerando um número que é mais útil ao investidor do que o fluxo de caixa operacional do período corrente. Assim, se utilizou aqui da variável EBIT, por ser correspondente ao lucro operacional, considerado uma boa *proxy* para o modelo de persistência. Assim, se utilizou como variável dependente o EBIT do período posterior e como variável independente o EBIT do período corrente.

Adicionalmente, foi realizado o teste de Chow para a amostra completa desta pesquisa, com o intuito de verificar se ocorreu quebra estrutural do comportamento dos números contábeis após a adoção do Pronunciamento CPC 17.

Devido ao limite de páginas, as estimativas dos parâmetros e testes estatísticos não podem ser apresentadas com maior detalhamento, porém, quando ocorreu problema de heteroscedasticidade, os erros padrão foram corrigidos por White.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Modelo do Conservadorismo

Para testar a hipótese da presença do conservadorismo nas empresas do setor de construção civil, foi utilizado o modelo Ball e Shivakumar (2005), cujas estimativas estão descritas na Tabela 1.

Inicialmente, ao analisar-se a amostra com os dados que compreende todo o período, foi rodada a regressão combinada (*pooled*), se encontrou dados não conservadores. Espera-se valores negativos e significantes para o α_3 , pois este refere-se a assimetria das boas e más notícias em relação aos ganhos econômicos realizados (BASU, 1997), desta forma, ter-se-ia a presença do conservadorismo, já que haveria baixa verificabilidade para reconhecer as despesas tornando-a transitória e revertendo-se no período seguinte. No entanto, para a análise em

questão o coeficiente se apresentou negativo como esperado, mas insignificante, não sendo possível afirmar que os dados se mostraram conservadores.

Tabela 1: Análise do nível de conservadorismo

	Todo o Período 2006-2012		Antes da Adoção do CPC 17 2006-2009		Após Adoção do CPC 17 2010-2012	
Constante	0,01862	0,04071	0,0198	0,0000	0,0177	0,2664
DNI _{t-1}	-0,0493	0,00023	-0,0344	0,0000	-0,0579	0,0116
ΔNI_{t-1}	0,04294	0,84156	0,0437	0,4654	-0,0447	0,8992
DNI _{t-1} * ΔNI_{t-1}	-0,2582	0,40961	-0,5332	0,0000	-0,2061	0,6686
Durbin-Watson	2,0262		1,9356		2,0246	
Teste de Normalidade	455584	0,0000	170,074	0,0000	169779	0,0000
Doornik-Hansen						
Teste de White	1,25595	0,9394	6,1500	0,2919	1,17239	0,9475
Teste Chow	0,0440	0,9963				
Observações	823		345		478	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Notas: Modelo de estimação de conservadorismo (Equação 1): $\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it-1}$. Em que: ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*; ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o ano *t-1*; $D\Delta NI_{it-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o ano *t-1*, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it-1} = 0$ e 0, nos demais casos; ε_{it-1} = erro da regressão. Todas as variáveis são ponderadas pelo Ativo Total no início do período.

Alternativamente, o reconhecimento oportuno de ganhos econômicos implica que eles são reconhecidos como aumentos “transitórios” nos componentes do resultado, os quais tendem a reverter, a implicação passando a $\alpha_2 < 0$ (BALL; SHIVAKUMAR, 2004). O α_2 indica a tempestividade no reconhecimento do retorno, ou seja, a rapidez com que o retorno positivo se reflete oportunamente no resultado contábil. Considerando que os reconhecimentos de receitas são mais verificáveis, os resultados positivos se tornam um componente persistente do lucro contábil, tendendo a uma nova versão, assim, não se espera que o coeficiente α_2 seja estatisticamente significativo. Desta forma, para os dados em análise com o coeficiente negativo e não significativo, tem-se indícios de tempestividade e verificabilidade.

O coeficiente α_3 , embora não significativo, por ser negativo contribui com a sustentação que existe reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, sinalizando reversão dos resultados negativos, de forma que reforça a sinalização que o reconhecimento oportuno das perdas econômicas resulta na redução dos resultados transitórios. Assim, a soma dos coeficientes α_2 e α_3 detecta a relação entre variações no lucro antecedentes negativas e variações atuais do lucro. Desta forma, o reconhecimento oportuno de perdas econômicas implica que eles são reconhecidos como uma diminuição transitória no resultado, sendo revertidas nos anos posteriores, e, portanto, implica que o somatório de é menor que zero (BALL; SHIVAKUMAR, 2004). Assim, $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$, ou seja, $-0,0429417 - 0,258207 < 0$, o que indica reconhecimento oportuno das perdas.

O coeficiente α_2 reflete o reconhecimento dos resultados por retornos positivos e negativos, enquanto α_3 , somente o resultado negativo (BALL; SHIVAKUMAR, 2004). Diante disso, não é possível afirmar a presença de conservadorismo, uma vez que não se obteve significância do coeficiente α_3 .

Os parâmetro da regressão α_2 e α_3 são os coeficientes que determinam o reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro contábil, portanto, refletem o conservadorismo. Ressalta-se que não existe uma predição para os coeficientes α_0 e α_1 nesse modelo.

Pode-se inferir que o setor de construção civil não segue uma linha conservadora, no sentido do tratamento de antecipação de suas despesas e postergação de suas receitas. A se destacar que as especificidades do setor podem remeter a uma necessidade de afrouxamento do reconhecimento das receitas e despesas, considerando os longos períodos de execução da obra nos quais os trabalhos de construção são levados a efeito.

Pode-se então inferir que o alto grau de verificabilidade que tende a ocorrer quando se exige uma maior confiabilidade na estimativa das receitas e reconhecimento acelerado das despesas, não foi detectado nos dados em análise. Assim, não foi detectado um menor rigor para se reconhecer perdas e que estas se revertem mais frequentemente que os ganhos, já que essas exigem uma maior intensidade de verificação.

Com relação aos pressupostos, o teste Durbin-Watson não detectou presença de autocorrelação nos resíduos. Com base no teste Doornik-Hansen, verificou-se que os erros da estimativa não têm uma distribuição normal, porém dado a quantidade de dados não fere o pressuposto da regressão. O teste White para heteroscedasticidade não rejeita a presença de homocedasticidade nos resíduos da regressão. Assim, a regressão aqui encontrada é válida, satisfazendo a todos os pressupostos.

Por fim, o teste Chow foi utilizado para verificar se existe mudança estrutural durante a série temporal analisada, ou seja, se os parâmetros (relação entre regressandos e regressores) do modelo não se mantêm iguais durante todo o período considerado. Desta forma, no estudo aqui realizado, onde o *pooled* foi construído a partir do empilhamento de 23 unidades de cortes transversais, com uma série temporal de 44 trimestres, se considerou na análise uma única possível quebra estrutural, a qual poderia se dar quando houve a obrigatoriedade da utilização do CPC 17, o que se daria no início de 2010 (de 2004.2 até o início de 2010 ter-se-ia 23 trimestres), assim se dividiu os dados da amostra de acordo com essa possível quebra (23:23)..

A hipótese nula do teste Chow é a existência de estabilidade dos parâmetros, ou seja, não existe mudança estrutural. O F calculado encontrado de 0,0440, com um *p-value* não significativo a 5%, evidencia a não rejeição da hipótese nula, uma vez que nela não existe significância estatística. Portanto, segundo o teste de Chow, não se pode rejeitar a hipótese de estabilidade dos parâmetros. Desta forma, não houve quebra estrutural, o que sugere que a adoção do CPC 17 não afetou o nível de conservadorismo das informações contábeis.

No intuito de verificar a confirmação dos resultados obtidos pela análise de todo o período amostral no que se refere à mudança de comportamento conservador com a adoção da IFRS, optou-se por estimar, separadamente, os parâmetros com os dados para os períodos precedentes da adoção do CPC 17 (período compreendido entre os anos de 2004.4 a 2009.4) e posteriores à adoção do CPC 17 (período compreendido entre os anos de 2010.1 a 2015.1).

O modelo rodado com o pré CPC 17, onde se buscou estudar a qualidade da informação contábil com foco no conservadorismo sem que houvesse a presença da nova norma, se demonstrou conservador. O α_3 apresentou valores negativos e significantes, que é o esperado para um modelo conservador, demonstrando que existe assimetria das boas e más notícias em relação aos ganhos econômicos realizados (BASU, 1997). É, portanto, possível inferir que existe presença do conservadorismo antes da adoção do CPC 17, de forma que haveria baixa verificabilidade para reconhecer as despesas, tornando-a transitória com reversão para o período seguinte.

Na análise concomitante da oportunidade, a qual reforça o modelo do conservadorismo, demonstrou que os dados pré CPC 17 se mostraram tempestivos, indicando a rapidez com que o retorno positivo se reflete oportunamente no resultado contábil, já que o $\alpha_2 < 0$. Desta forma, se remete que antes da adoção da nova norma poder-se-ia inferir que existia reconhecimento

oportuno de ganhos econômicos, os quais são reconhecidos como rápidos aumentos do resultado que se reverteriam nos períodos seguintes.

Outro ponto a se destacar é sobre a insignificância visualizada no α_2 , onde é justamente o previsto na literatura para se indicar tempestividade no reconhecimento do retorno. Desta forma, não se espera que o coeficiente α_2 seja estatisticamente significativo, somente assim, é possível inferir que os reconhecimentos de receitas são mais verificáveis e os resultados positivos se tornam um componente persistente do lucro contábil, tendendo a reversão. Para os dados em análise então, o coeficiente negativo e não significativo, ofereceu indícios de tempestividade e verificabilidade.

O coeficiente α_3 , significativo e negativo, confirmou que existe reconhecimento mais tempestivo das perdas do que dos ganhos, revertendo os resultados negativos e reduzindo os resultados transitórios. A soma dos coeficientes α_2 e α_3 também detectou a relação entre variações negativas nos lucros anteriores e variações nos lucros atuais. $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$, ou seja, $-0,0437262 - 0,53317 < 0$, indicou reconhecimento oportuno das perdas, assim, tem-se que as perdas econômicas são reconhecidas como uma diminuição transitória no resultado e serão revertidas nos anos posteriores.

As boas e más notícias são refletidas no coeficiente α_2 , já o α_3 , reflete somente as más notícias, na análise em questão se tem que os dados se apresentaram conservadores e tempestivos, havendo um reconhecimento antecipado das despesas e postergado das receitas. As más notícias serão revertidas nos períodos seguintes e as boas notícias serão verificadas nos períodos seguintes.

Assim, é possível afirmar que o ambiente da informação contábil antes da adoção do CPC 17, se mostrava tempestivo e conservador.

O resultado aqui encontrado foi similar ao encontrado por Silva, Paulo e Silva (2014), de modo que para o período antes da adoção da IFRS se encontrou conservadorismo no setor de construção civil. Sendo importante destacar, que os autores também analisaram outros setores e o setor de construção civil tendia a apresentar comportamento diferenciado dos demais, demonstrando a atipicidade desse setor.

Desta forma, antes da adoção do CPC 17, o setor de construção civil seguia uma linha conservadora no sentido do tratamento de antecipação de suas despesas e postergação de suas receitas, o que concilia com a ideia de qualidade da informação contábil defendida antes do processo de convergência internacional das práticas contábeis, onde uma informação conservadora era vista como sinônimo de qualidade, dado que, se resguardava o comportamento otimista do usuário da informação contábil, evitando que expectativas infundadas pudessem ser realizadas pelo usuário da informação contábil.

Nesse sentido, o setor de construção civil se enquadrava dentro do padrão almejado pelo sistema de normas contábeis que apregoavam que uma informação de qualidade é conservadora e mesmo diante das especificidades do setor, no sentido de diferenciação do seu processo de reconhecimento das receitas e despesas, considerando os longos períodos de execução da obra, a informação repassada antes do processo de convergência se demonstrava conservadora.

Pode-se então inferir nos dados em análise que existe um alto grau de verificabilidade no setor de construção civil, o qual é exigido a partir do interesse que se tenha uma maior confiabilidade na estimativa das receitas e um reconhecimento rápido das despesas. Assim, foi detectado um menor rigor para se reconhecer perdas e que estas se reverterem mais frequentemente que os ganhos.

Assim, pode-se inferir que apesar do teste de Chow não ter remetido a quebra estrutural ao se rodar a regressão combinada, quando as regressões são rodadas separadamente existe sim uma mudança no comportamento dos dados, havendo uma mudança de uma situação conservadora no pré CPC 17 para uma situação não conservadora pós CPC 17. Já para a

tempestividade realmente a falha estrutural não existiu, pois em ambas as regressões a informação contábil se apresentou tempestiva.

A regressão se mostra válida, tendo atendido a todos os pressupostos necessários. O teste Durbin-Watson não detectou presença de autocorrelação nos resíduos, da mesma forma que as estimativas para toda a amostra; o teste White apresenta que os dados são homocedásticos.

Continuando com a busca pelo estudo da qualidade da informação contábil com foco no conservadorismo, o modelo foi rodado também com a presença da nova norma. O modelo rodado com o pós CPC 17, não se demonstrou conservador. O α_3 apresentou valores negativos, mas insignificantes, contrariando o que é esperado por um modelo conservador, podendo-se inferir que não existe assimetria das boas e más notícias em relação aos ganhos econômicos realizados (BASU, 1997).

A não presença do conservadorismo depois da adoção do CPC 17, subsidia a ideia da baixa verificabilidade para se reconhecer as despesas, onde esta vai ser transitória e revertida nos períodos seguintes.

Os dados pós CPC 17 também se mostraram tempestivos indicando a rapidez com que o retorno positivo se reflete oportunamente no resultado contábil. Desta forma, já que o $\alpha_2 < 0$ e não significativo, existe oportunidade na informação contábil. Assim, a oportunidade dos ganhos econômicos, destacando-se como rápidos aumentos no resultado que se reverteriam nos períodos seguintes, também foi confirmada para o período depois do enquadramento no processo de convergência internacional das normas contábeis.

Nessa linha, também é possível estabelecer que os reconhecimentos de receitas pós CPC 17 continuaram sendo priorizados no aumento da verificabilidade e os resultados positivos sendo contínuos e revertidos nos períodos seguintes. Assim, na análise em questão, o coeficiente α_2 , negativo e não significativo, ofereceu indicações de tempestividade e verificabilidade.

Complementando a análise, o coeficiente α_3 por ser não significante, não corrobora com a hipótese do dados serem conservadores pós incorporação do CPC 17, mas por ser negativo, ele ratifica a existência do reconhecimento mais tempestivo das perdas do que dos ganhos, revertendo os resultados negativos e reduzindo os resultados transitórios. A soma dos coeficientes α_2 e α_3 também detectou a relação entre variações negativas nos lucros anteriores e variações nos lucros atuais. $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$, ou seja, $-0,0446965 - 0,206124 < 0$, sugeriu reconhecimento oportuno das perdas.

Assim, é possível afirmar que o ambiente da informação contábil depois da adoção do CPC 17, se mostrava tempestivo, mas não se apresentava conservador.

No estudo realizado por Silva, Paulo e Silva (2014), depois da adoção das IFRS o setor de construção civil não apresentou evidências de conservadorismo. O que corrobora, mais uma vez, com o estudo aqui realizado.

Assim, quando se rodou o modelo para o pré adoção do CPC 17, o setor de construção civil seguia uma linha conservadora, conforme se focava para o estudo da qualidade da informação contábil antes do enquadramento ao processo de convergência internacional das práticas contábeis. No entanto, conforme o processo de convergência almeja diminuição do conservadorismo, focando o não ferimento da neutralidade da informação contábil, de modo que, se defende a não indução do comportamento evitando o viés da informação, o que vem a ocorrer quando se foca em antecipar ou postergar qualquer um dos componentes dos resultados, e não se preocupa em transmitir a informação com toda confiabilidade possível.

Nesse sentido, os resultados aqui encontrados ao se rodar os modelos de separadamente para o pré e pós adoção do CPC 17, confirmam a teoria em questão que defende que antes do processo de convergência a qualidade da informação contábil era sustentada por um maior

conservadorismo e depois do processo de convergência o menor conservadorismo remete a qualidade da informação contábil.

Mais uma vez, o setor de construção civil, apesar das suas especificidades, respondeu adequadamente ao padrão almejado pelo sistema de normas contábeis com relação a qualidade da informação contábil. Nesse sentido, pode-se dizer que os usuários da informação contábil têm sido respaldados por uma informação de qualidade e inserção do CPC 17 permite uma informação imparcial, resguardando a confiabilidade da informação.

O usuário da informação contábil está então assegurado pelo alto grau de verificabilidade para os ganhos econômicos e um menor conservadorismo, o qual garante tratamento confiável e enviesado diante das boas e más notícias.

O teste Durbin-Watson identificou que não existe autocorrelação nos resíduos. O teste de normalidade de Doornik-Hansen, indicou que a distribuição dos resíduos não é normal. Por fim, verificou-se a homoscedasticidade dos dados para a amostra no período pós-adoção CPC17. A regressão rodada para o pós adoção do CPC 17 atende aos pressupostos da regressão, portanto, é válida.

4.2 Modelo da Persistência

No modelo trabalhado por Dechow e Schrand (2004), o coeficiente α_1 deve apresentar-se positivo e com significância estatística, assim como estarem localizados entre 0 e 1. Quanto maior e mais próximo de um o coeficiente α_1 estiver, mais persistentes serão os resultados contábeis nos períodos futuros. Desta forma, o resultado verificado na Tabela 2 de 0,0002, não confirma a existência de persistência nos dados estudados, o valor do α_1 está muito distante de 1 e não apresentou significância estatística.

Tabela 2: Aplicação do Modelo da Persistência

	Todo o Período 2004.4-2015.1		Antes da Adoção do CPC 17 2004.4-2009.4		Após Adoção do CPC 17 2010.1-2015.1	
constante	-0,0262	0,4980	0,0096	0,0000	-0,0566	0,4127
EBIT _{it+1}	0,0002	0,9949	0,2422	0,0000	-0,0009	0,9856
Durbin- Watson	1,9999		1,6267		2,0000	
Teste de Normalidade Doornik- Hansen	812359	0,0000	495,964	0,0000	263173	0,0000
Teste de White	0,2524	0,8815	5,9845	0,0502	0,2638	0,8764
Teste Chow	0,0028	0,9972				
Observações	807		332		453	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Assim, dado o baixo valor e insignificância estatísticas do coeficiente da variável de interesse, não se pode inferir que os resultados dos valores passados afetam os valores futuros. Na realidade, pode-se dizer que dado o pequeno α_1 , a influência do passado sobre o futuro será também baixa.

A persistência é vista como um importante atributo de qualidade de informação contábil, a qual é frequentemente utilizada para descrever a capacidade preditiva das variáveis, permitindo um maior poder de previsibilidade aos usuários da informação contábil. Neste caso, se a regressão combinada de todo período, não atestou persistência no setor de construção civil, está se contrariando a ideia de qualidade da informação contábil.

O teste de Chow também foi utilizado para verificar se os parâmetros do modelo não se mantêm iguais durante todo o período considerado. Desta forma, no estudo da persistência aqui

realizado, onde o *pooled* foi construído a partir do empilhamento de 23 unidades de cortes transversais e com uma série temporal de 42 trimestres, se considerou na análise uma única possível quebra estrutural, a qual poderia se dar quando houve a obrigatoriedade da utilização do CPC 17, o que se daria no início de 2010 (de 2004.4 até 2009.1 ter-se-ia 21 trimestres), assim se dividiu os dados da amostra de acordo com essa possível quebra (23:21).

A hipótese nula do teste Chow é a existência de estabilidade dos parâmetros, ou seja, não existe mudança estrutural. A hipótese nula não é rejeitada, pois ao nível de significância estatística de 5%, o p-valor é bastante alto. Assim, é possível que exista estabilidade dos parâmetros. Segundo o teste de Chow, se esta hipótese não foi rejeitada, pode-se dizer que não houve quebra estrutural, o que poderia remeter ao fato que a adoção do CPC 17 não afetou a persistência dos dados em estudo. Tem-se um comportamento único durante todo o período de tempo em análise, não havendo falha estrutural.

Se optou também por rodar os conjuntos de dados separadamente, primeiro para o antes da adoção do CPC 17 (hipótese 2 do modelo de persistência) e em seguida para o depois da adoção do CPC 17 (hipótese 3 do modelo de persistência).

Foi rodada a regressão combinada antes da adoção do CPC 17 para testar a hipótese 1 do modelo de persistência. Desta forma, para o antes da adoção do CPC 17, seguindo Dechow e Schrand (2004), observa-se a existência de persistência. Pode-se que a presença do atributo de qualidade da informação contábil, ainda é superficial pois o coeficiente α_1 não é tão próximo de 1, porém já se distancia um pouco de zero e apresentou-se estatisticamente significativa a 5%. Assim, os resultados dos dados trabalhados antes da adoção do CPC 17 demonstram-se persistentes.

Nesse caso, a regressão combinada não esclarece as necessidades isoladas do estudo do período de tempo, muito embora o teste de Chow não tenha detectado falha estrutural. Visualizou-se que na regressão combinada não havia indícios de persistência, já na regressão isolada para o período do pré adoção do CPC 17, se identificou persistência da informação contábil, permitindo a previsibilidade dos períodos futuros.

Assim, antes da adoção do CPC 17 no que se trata do atributo de qualidade da informação contábil de persistência, pode-se dizer que o setor de construção civil repassava uma informação contábil de qualidade e seus lucros passados eram persistentes, portanto, capazes de prever os lucros futuros.

Embora, Kajimoto e Nakao (2015) tenham usado como proxie de lucro, os lucros tributáveis e realizado a pesquisa em diversos setores, considerando o foco no estudo da persistência, pode-se dizer que os resultados aqui encontrados combinaram com o realizado por esses autores, pois a persistência se apresentou maior antes da adoção da IFRS.

Na sequência os dados foram rodados para o depois da adoção do CPC 17, de modo a verificar, conforme demonstrou o teste de Chow, se realmente não houve quebra estrutural, embora já se tenha indícios de algum comportamento diferenciado, considerando que a regressão combinada não apresentou persistência e o antes da adoção do CPC 17 rodado isoladamente, apresentou persistência.

Foi rodada a regressão combinada depois da adoção do CPC 17 para testar a hipótese 3 do modelo de persistência. Continuando seguindo os levantamentos realizados por Dechow e Schrand (2004), agora aplicando aos dados depois da adoção do CPC 17, pode-se dizer que a informação contábil não se apresentou persistente. O α_1 foi menor que zero e não apresentou significância estatística, não havendo qualquer indício de persistência do lucro.

O resultado encontrado foi diferente do apresentado por Kajimoto e Nakao (2015), pois mesmo que após a adoção das IFRS, os autores tenham identificado queda na persistência, mas que se encontrou persistência em todo período analisado.

A não detecção de persistência após introdução do CPC 17 remete a uma baixa na qualidade da informação contábil no setor de construção civil, contrariando a ideia do processo

de convergência internacional das práticas contábeis que promove as mudanças de normas contábeis no intuito de melhorar a qualidade da informação contábil.

Se determinar que os lucros passados não são capazes de subsidiar a previsão dos lucros futuros no setor de construção civil após o CPC 17, seria preocupante, no sentido de que a nova norma veio justamente para melhorar a capacidade de predição do usuário da informação contábil.

O pós adoção do CPC 17, deveria ter aumentado ainda mais o coeficiente α_1 , o deixando mais próximo de 1 e ter continuado estaticamente significativo, porém, como a regressão combinada já remeteu, o comportamento da informação contábil mudou do pré adoção para o pós adoção do CPC 17, embora o teste de chow não tenha detectado essa falha estrutural.

Assim, ao se considerar Dechow, Ge e Schrand (2010) que argumentam que quanto maior a persistência do lucro contábil, maior é a qualidade da informação gerada pelo sistema contábil em operação, pois permite uma maior acurácia na projeção dos fluxos de caixa futuros por parte dos usuários da informação, os resultados desta pesquisa apontam indícios de preocupação em o CPC 17 não esteja atingindo o proposto em termos de aumento na qualidade da informação contábil no setor de construção civil.

Para todas as regressões rodadas, verificou-se que os erros da regressão não têm distribuição normal, de modo que o teste de Doornik-Hansen para normalidade dos resíduos apresentou um valor extremamente baixo para o p-valor (0,0000). No entanto, e apoiando-se no teorema do limite central, tal limitação não inviabiliza a regressão, pois neste trabalho se busca compreender o comportamento dos números contábeis e não a estimação de parâmetros para previsão futura.

O teste de White – destinado a verificar a heteroscedasticidade – também foi realizado para todas as regressões aqui rodadas e não se rejeitou a hipótese nula de que há heteroscedasticidade nos resíduos, uma vez que o p-valor se apresentou alto para todas as regressões. Assim, todas as regressões foram rodadas com base no atendimento dos pressupostos do modelo clássico de regressão linear, tornando as estimativas válidas para o teste da persistência dos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar se a qualidade da informação contábil das empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil sofreu mudanças após o enquadramento do Brasil no processo de convergência internacional.

Considerando a Hipótese 1 que as companhias abertas brasileiras do setor de construção civil reportam resultados contábeis conservadores, tem-se a rejeição, pois, os dados analisados combinadamente em todo período de tempo, não confirmou o conservadorismo da informação contábil no setor de construção civil no Brasil.

A Hipótese 2 testava se o nível de conservadorismo dos resultados contábeis das companhias abertas brasileiras do setor de construção civil sofreu alterações significativas com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 17. Nesse sentido, se rodou as regressões do pré adoção e pós adoção do CPC 17 isoladamente. O pré adoção do CPC 17 remeteu a informações contábeis conservadoras e o pós adoção do CPC 17 mostrou informações contábeis não conservadoras. Assim, de fato houve uma mudança em termos de conservadorismo após a adoção do CPC 17.

A Hipótese 3 já trata do segundo atributo de qualidade da informação contábil trabalhado, estudando se as empresas de capital aberto do setor de construção civil no Brasil reportam resultados contábeis persistentes. Essa hipótese foi rejeitada, pois os resultados da regressão combinada não se mostraram persistentes.

Para a Hipótese 4, que trabalhou com a ideia que o nível de persistência dos resultados contábeis das empresas de capital aberto do setor de construção civil no Brasil foi alterado com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 17, não se tem a rejeição, pois de fato o pré adoção do CPC 17 se mostrou persistente, no entanto, o pós adoção do CPC 17 teve o resultado alterado, não sendo possível identificar persistência das informações contábeis.

No entanto, considerando que antes da adoção do CPC 17 existem evidências de conservadorismo, o mesmo não foi observado no período após adoção. Isso pode sugerir que houve uma redução do comportamento conservador por parte das empresas de construção civil no ambiente brasileiro. As pesquisas anteriores não têm sido conclusivas no sentido de que a adoção da IFRS melhora a qualidade da informação contábil. Fatores econômicos, políticos e sociais têm mostrado que os achados variam segundo a região, o sistema legal predominante, o momento econômico, se existe algum indício de crise, e outra característica extremamente relevante, o modelo econométrico utilizado para alcance do objetivo, enfim, diversos pontos podem ser tomados como referência para o entendimento do porquê não haver um padrão quanto ao efeito provocado pela adoção da IFRS.

De fato, é possível afirmar que tais atributos de qualidade da informação contábil, conservadorismo e persistência, são intrínsecos à cultura da prática do sistema contábil nacional, de modo que ele pode ser um fator que remeta a uma possível justificativa. Ainda é possível refletir com relação à questão do setor de construção que tem sido visualizado no decorrer dos anos como bastante complexo no sentido da qualidade da informação, posto que possui atipicidades que sempre têm sido alvo de intensas discussões e assim, talvez, ainda possa ser recente para se visualizar uma mudança concreta na qualidade da informação contábil disponibilizada pelo setor.

Uma possível explicação para essa falta de homogeneidade dos resultados empíricos sobre o efeito da adoção das IFRS sobre a qualidade dos números contábeis pode ser a implementação de várias normas contábeis que podem afetar diferentemente o comportamento dos diversos atributos da informação contábil.

Entretanto, este trabalho trouxe uma contribuição nesse sentido, analisando única e exclusivamente a adoção de uma única norma contábil sendo implementada em um setor específico, o da construção civil. O CPC 17 refere-se especificamente as atividades desempenhadas pela construção civil.

Dessa forma, observou-se que a adoção de uma norma específica (CPC 17) afetou o conservadorismo e a persistência dos números contábeis divulgados pelas empresas de construção civil. Tal evidência sugere que os números contábeis após a adoção da norma trouxeram um resultado inesperado, tornaram-se menos relevantes para previsibilidade dos resultados futuros dessas empresas, o que denota uma redução da qualidade da informação contábil. Por outro lado, a adoção dessa norma reduziu o comportamento conservador dos números reportados pelas empresas do ramo, o que pode afetar a percepção dos credores quanto ao risco de crédito.

Por fim, este impacto talvez possa ser visualizado através de estudos comparativos que verifiquem eventos que possam exercer um impacto mais rápido e direto sobre a qualidade da informação contábil, assim como se pode ampliar o estudo para verificar como outros atributos da qualidade se manifestam neste setor. Outro ponto em destaque, seria se buscar entender o processo de construção da norma e o impacto nos atributos de qualidade da informação contábil, principalmente, no efeito em setores específicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos**. 2010. 188 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências

Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____; LOPES, A. B.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice *market-to-book*. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 44-62, 2011.

ALVES, J. S.; MARTINEZ, A. L. Efeitos da Adoção das IFRS no Conservadorismo Contábil das Sociedades de Grande Porte. **Advances Scientific Applied Accounting**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 224-243, 2014. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2014070203>

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, New York, v. 39, p. 83-128, 2005. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>

BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C.; COSTA JUNIOR, J. V. Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 4-14, mai/ago 2012.

BARTH, Mary E. et al. Accounting quality: International accounting standards and US GAAP. **Manuscript, Stanford University**, 2006. Disponível em: <http://public.kenan-flagler.unc.edu/faculty/langm/blw_0302.pdf>. Acesso em: 28 Jan. 2015.

_____; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, Jun. 2008. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>

BASU, S. The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997. [http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1)

BRITTO, W. S. F. Análise do Conservadorismo Condicional nas Empresas cotadas na BM&FBOVESPA que possuem ativos biológicos. In: Encontro da ANPAD, 38., Set. 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_CON175.pdf>. Acesso em: 28 Jan. 2015.

CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J. A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 16, n. 2, p. 148-178, 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2007.06.002>

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC Nº 1.266/09. Aprova a ITG 02 – Contratos de Construção do Setor Imobiliário. 2012.

CHALMERS, K.; CLINCH, G.; GODFREY, J. M. Changes in Value Relevance of Financial Information Upon IFRS Adoption: Evidence from Australia. **Australian Journal of Management**, v. 36, n. 2, p. 151-173, 2011. <http://dx.doi.org/10.1177/0312896211404571>

COELHO, C. M. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: Uma Pesquisa Baseada nos

Periódicos Internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2011.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 17 (R1): Contratos de Construção. 2012.

CVM. Deliberação CVM Nº 576, de 05 de junho de 2009. Aprova o pronunciamento técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de contratos de construção. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli576.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2013.

DASKE, H. et al. Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, Dec. 2008.

DECHOW, P. M. Accounting Earnings and Cash Flows as Measures of Firm Performance: the Role of Accounting Accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 18, n. 1-2, p. 3-42, 1994. [http://dx.doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90016-7](http://dx.doi.org/10.1016/0165-4101(94)90016-7)

_____; GE, W; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, New York, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, Dec. 2010. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>

_____; SCHRAND, C. M. **Earnings quality**. Charlottesville (Virginia): Research Foundation of CFA Institute, v. 2004, n. 3, 2004.

_____; SKINNER, D. J. Earnings management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 14, n.2, p.235-250, jun. 2000. <http://dx.doi.org/10.2308/acch.2000.14.2.235>

FELTHAM, G. A.; OHLSON, J. A. Valuation and Clean Surplus Accounting for Operational and Financial Activities. **Contemporary Accounting Research**; v. 11, n. 2, p. 689-731, Spring 1995. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1911-3846.1995.tb00462.x>

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. Tradução de Denise Durante, Mônica Rosemberg e Maria Lúcia G. L. Rosa. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

IATRIDIS, G. IFRS Adoption and Financial Statement Effects: The UK Case. **International Research Journal of Finance and Economics**, n. 38, p. 165-172, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção: Paic – 2012**, Rio de Janeiro-RJ, v. 22, p. 1-98, 2012.

KAJIMOTO, C. G. K. NAKAO, S. H. Persistência dos Lucros Tributáveis com a Adoção das IFRS no Brasil. In: Congresso USP de Iniciação Científica e Contabilidade, 12., 2015, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo/SP: 2015.

KHANAGHA, J. B. Value Relevance of Accounting Information in the United Arab Emirates. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 1, n. 2, p. 33-45, 2011.

KONSTANTINOS, P. P.; ATHANASIOS, B. P. The Value Relevance of Accounting Information under Greek and International Financial Reporting Standards: The Influence of Firm – Specific Characteristics. **International Research Journal of Finance and Economics**, n. 76, p. 6-23, 2011.

LIMA, J. B. N. **A Relevância da Informação Contábil e o Processo de Convergência para as Normas IFRS no Brasil**. 2010. 236 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MACEDO, M. A. S.; ARAÚJO, M. B. V.; BRAGA, J. P. Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade na Relevância das Informações Contábeis. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 6, n. 4, p. 367-382, out./dez. 2012.

_____; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil num Contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 65-85, jan-mar 2013. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2013104>

MANGANARIS P.; FLOROPOULOS, J.; SMARAGDI I. Conservatism and Value Relevance: Evidence from the European Financial Sector. **American Journal of Economics and Business Administration**, v. 3, n. 2, p. 254-264, 2011. <http://dx.doi.org/10.3844/ajebsp.2011.254.264>

MARTINEZ, A. L. **Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis: estudo empírico do income smoothing no Brasil**. *Universo Contábil*, v. 2, n. 1, p. 9-25, 2006.

NAKAO, S. H. **A Adoção de IFRS e o Legado da Conformidade Contábil-Fiscal Mandatória**. 2012. 62 p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2012.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NULLA, Y. M. IFRS adoption in Research and Development Companies. **Journal of Administrative Sciences and Policy Studies**, v. 1, n. 1, p. 34-48, Dec 2013.

PAULO, E. et al. **The Impact of the Adoption of International Financial Reporting Standards on the Quality of Accounting Information of the Brazilian and European Public Firms**. May. 2013. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2270678. Acesso em: 28 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2270678>

_____; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo Contábil nas Companhias Abertas e Fechadas Brasileiras. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 48, n. 3. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000300005>

PAULO, I. I. S. L. M.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre Qualidade da Auditoria e Conservadorismo Contábil nas Empresas Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – Repec**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 305-327, Jul/Set 2013.

RODRIGUES, J. M. **Convergência Contábil Internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB**. 2012. 162 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) –Universidade de Brasília, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRRN), Brasília, 2012.

_____; NIYAMA, J. K.; OLIVEIRA, P. H. D. Conservadorismo Contábil: uma análise dos resultados das empresas listadas na bolsa de valores chinesas. **Revista de Contabilidade e Controladoria - R C & C**, Curitiba-PA, v. 4, n. 1, p. 93-109, jan./abr. 2012.

SANTOS, L. P.G.; LIMA, G. A. S. F.; FREITAS, S. C.; LIMA, I. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista contabilidade & finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772011000200004>.

SCHERRER, A. M. **Contabilidade Imobiliária: Abordagem Sistêmica, Gerencial e Fiscal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCRAMIN, M. A. M. et al. Adoção do IFRS e CPCs No Reconhecimento da Receita e Despesa em Empresas de Construção Civil do Ramo Imobiliário: Efeitos na Qualidade das Informações Contábeis. **RIT - Revista Inovação Tecnológica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 105-123, jul./dez. 2013.

SILVA, A. R. P. PAULO, E. SILVA, J. D. G. Conservadorismo Contábil nas Companhias Brasileiras Após a Adoção das IFRS sob o Arranjo dos Setores da Economia. 2014. In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont, 5., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ: 2014.

SILVA, R. L. M. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. 2013. 217 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

VAN DER MEULEN, S.; GAEREMYNCK, A.; WILLEKENS, M. Attribute differences between U.S. GAAP and IFRS earnings: An exploratory study. **The International Journal of Accounting**, v. 42, n. 2, p. 123–142, 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.intacc.2007.04.001>

VIEIRA, R. B. **Impactos da Implantação Parcial das IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das Informações Contábeis das Empresas de Capital Aberto**. 2010. 70 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, 2003. <http://dx.doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>